

# A TRANSFERÊNCIA-RECEPÇÃO DE POLÍTICA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

**Maria Regina Maneschy Faria Sampaio**

Universidade da Amazônia/Universidade do Estado do Pará

magina.sampaio@me.com

Discutimos a forma específica pela qual ocorreu no Brasil, nos anos 1990, o processo de transferência-recepção de política para a educação superior difundida pelo Banco Mundial e as mudanças na gestão desse nível de ensino resultantes desse processo.

Para estabelecer a política difundida pelo Banco Mundial nesse período, baseamo-nos na análise crítica de três documentos elaborados pelo Banco: *Higher Education. The lessons of experiences* (1994), e em dois documentos de caráter reservado, dirigidos à reforma do ensino superior brasileiro, editados em 1991 e 1993, *Higher Education Reform in Brazil e Brazil. Higher Education Reform*, respectivamente.

Demonstramos que a política de reforma advogada pelo Banco Mundial, no caso do Brasil, já vinha sendo discutida desde 1985 e vem ao encontro de afinidades, interesses, problematizações e/ou soluções levantadas por setores sociais internos que buscavam sua aplicação.

O fato de que esses setores se tornaram dominantes politicamente a partir de 1995 abriu uma conjuntura complexa em que, se de um lado, tornou possível aplicar a política proposta pelo Banco Mundial pelo fato de atender a soluções já em elaboração por setores sociais que se fazem predominantes na política nacional, por outro lado, ao mesmo tempo, os constrangimentos que sofre o processo de recepção diante da contraposição colocada por outros grupos de pressão e de condicionantes muitas vezes intransponíveis de formas culturais arraigadas, foi tão forte que não permitiu que seus adeptos dissessem sua origem, assumindo-a como política influenciada pelo Banco Mundial.

É essa conjuntura política que qualifica o processo no grau e na forma em que se deu a transferência-recepção ativa no Brasil da política defendida pelo Banco Mundial.

**Palavras-chave:** educação superior, gestão, transferência-recepção de política.

## INTRODUÇÃO

Iniciamos expondo a posição defendida pelo Banco Mundial para a reforma do ensino superior e de sua gestão e de como resultou, na conjuntura concreta da década de 1990, a interferência do Banco, buscando ajustar o ensino superior no Brasil aos interesses que representa.

O Banco Mundial se define por seu objetivo de promover o desenvolvimento de seus países membros.

O Grupo Banco Mundial estabeleceu objetivos ambiciosos, mas realizáveis para ancorar a sua missão global e para galvanizar os esforços internacionais e nacionais neste esforço. (...) Acabar com a extrema pobreza dentro de uma geração e promover a prosperidade compartilhada deve ser alcançado de tal forma que seja sustentável ao longo do tempo e através das gerações (World Bank, 2013).

Apesar dessas boas intenções, podemos perguntar: quem define os “objetivos” desejáveis a um país?

No documento *Knowledge and innovation for competitiveness* (2008)<sup>1</sup>, o Banco Mundial expressa sua convicção da incapacidade do Brasil de decidir seus objetivos: “Nem o governo nem a sociedade brasileira como um todo parecem estar totalmente cientes das tendências internacionais e dos custos de oportunidade se deixarem de reagir de modo condizente” (p. 41). Compara o governo do Brasil com os de outros países: “A maioria dos governos de cidadãos asiáticos compreendem essas tendências e estão atuando de forma pertinentes...” (p.41), para propor: “No caso do Brasil, a próxima etapa é mobilizar uma campanha de massas para conscientizar o público” (p. 41).

Os Estados Unidos definem seu desenvolvimento a sua maneira, sem perguntar a ninguém se suas ações são pertinentes ou não. Decidem, por exemplo, espionar todos os países do mundo e, no caso do Brasil, se permitem afirmar que espionam para o nosso bem<sup>2</sup>; e nunca o Banco Mundial fez qualquer restrição a esse uso da inovação e da

---

<sup>1</sup> Documento que é traduzido e, no mesmo ano, publicado no Brasil pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI), com o título de *Conhecimento e inovação para a competitividade* (2008). Disponível em [http://www.portaldaindustria.com.br/cni/publicacoes-e-estatisticas/publicacoes/2012/07/1\\_4044/conhecimento-e-inovacao-para-a-competitividade.html](http://www.portaldaindustria.com.br/cni/publicacoes-e-estatisticas/publicacoes/2012/07/1_4044/conhecimento-e-inovacao-para-a-competitividade.html).

<sup>2</sup> No mês de agosto de 2013 depois do anúncio de que os Estados Unidos espionavam o Brasil, o Secretário de Estado, John Kerry, em visita ao Brasil, fez a defesa das ações de inteligência dos EUA. (ver Foreque, F. *Kerry diz que espionagem ajuda a garantir segurança de brasileiros*. Consultado em 13

tecnologia por perceber que este comportamento não contribui à “prosperidade compartilhada”.

Esta mesma ótica está nos documentos do Banco Mundial, tanto os públicos como os “reservados”<sup>3</sup>, só que nestes, de circulação restrita, suas determinações são expostas sem o receio de chocar o público ao qual se dirigem.

Apesar dos esforços do governo do Brasil à época não foi possível aplicar as diretivas do Banco Mundial. A conjuntura brasileira no período posterior a ditadura civil-militar criaram constrangimentos à aplicação das instruções do Banco Mundial e não permitiram que seus executores assumissem a origem da política que propunham.

### A POLÍTICA DEFENDIDA PELO BANCO MUNDIAL

A concepção que o Banco Mundial tinha do Brasil na década de 1990, e continua tendo, justifica a decisão de interferir no país para “conscientizar” o governo e a sociedade de nossos “interesses”.

Essa concepção de interferir para conscientizar está presente nos documentos “reservados”, quando o Banco propõe mobilizar campanhas de massas para conscientizar a população brasileira, ignorante de seus interesses, para que pressione por uma reforma da educação superior que, na opinião do Banco e na de uma parte dos setores economicamente dominantes no Brasil, atendia melhor aos “interesses do país”:

O tempo é, portanto, oportuno para agir. Para ser bem sucedido, o governo terá de mobilizar seus cidadãos mais progressistas e perceptivos para manifestarem-se favoravelmente ao programa (...) garantir que o ensino superior tenha seus objetivos nacionais de desenvolvimento econômico e progresso social renovados” (World Bank, 1991, pp.viii-ix).

Partimos dos documentos “reservados” para estabelecer a proposta de reforma da gestão do ensino superior propugnada pelo Banco Mundial, primeiro, porque se dirigem especificamente à reforma do ensino superior no Brasil e, em documento dirigido a um público restrito, o Banco pode expor sua posição sem maiores

---

agosto, 2013, em <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/08/1325771-em-visita-ao-brasil-kerry-defende-espionagem-feita-pelos-eua.shtml>.

<sup>3</sup> Tomei conhecimento de dois documentos durante a pesquisa para minha tese de doutorado. Dirigidos especialmente ao Brasil, o *Higher education reform in Brazil*, de fevereiro de 1991, e o *Brazil. Higher education reform*, de outubro 1993, apresentam a classificação de documentos confidenciais e que, por isso, foram difundidos e discutidos de forma “reservada” no país.

preocupações e ainda porque são anteriores ao *Higher education. The lessons of experience*, publicado em 1994.

Ressalte-se que antes do Banco Mundial publicar seus documentos em 1991 e 1993, política igual ou semelhante já vinha sendo discutida no Brasil por setores empresariais, políticos e administrativos internos desde, pelo menos, a criação da “Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior”<sup>4</sup>, e tem sua primeira tentativa de aplicação no curto governo de Collor de Mello. A cassação de seu mandato em outubro de 1992, adia o processo de implantação para o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Chama atenção a atitude do Banco Mundial quanto à publicidade desses textos que, apesar da participação de consultores brasileiros em sua elaboração<sup>5</sup>, foram criados, discutidos e difundidos de forma “reservada”.

O primeiro, o *Higher education reform in Brazil* (1991), traz a tarja “Relatório Confidencial” e a recomendação, aliás, reproduzida de forma semelhante no documento de 1993, porém buscando atingir um “público mais amplo”:

Este relatório é dirigido aos formuladores de políticas do Governo e dirigentes de ensino superior. No entanto, suas análises e recomendações são de interesse para um público mais amplo, em particular, dos administradores públicos e privados do ensino superior, da comunidade acadêmica de modo mais geral, no Brasil, da população estudantil e do público informado (...) (World Bank, 1993, p.3).

Com esta visão do Brasil a proposta do Banco para reformar a gestão do ensino superior no início dos anos 1990 incluía: a reforma da Constituição e da legislação da educação superior; a redefinição do papel do governo; o fim da gratuidade do ensino superior público; novo sistema de governança; o referencial do mercado.

Sofremos não só uma violenta *capitis deminutio* como a isso se soma a inculcação da noção de educação como um setor da economia<sup>6</sup>, o que implica o fim do

---

<sup>4</sup> Comissão criada em 29 de março de 1985, pelo então Ministro de Estado da Educação e Cultura, Marco Maciel, cujo relatório final vem a lume em 21 de novembro de 1985, sob o título de “Uma Nova Política para a Educação Superior Brasileira”.

<sup>5</sup> Os Relatórios foram escritos por equipe liderada por Laurence Wolff, que incluía a brasileira Alcyone Saliba, além dos brasileiros, Jacques Schwartzman, Jean-Jacques Paul, Pedro Lincoln Mattos e Simon Schwartzman que constam da *List of consultant reports*.

<sup>6</sup> Em meu trabalho de doutoramento relaciono os tópicos que compõem a visão do Banco Mundial sobre a educação superior: tratar a educação com o mesmo rigor com que trata os outros setores da economia; a função da educação superior é de fornecer mão de obra adequada ao mercado de trabalho; o investimento no ensino superior contribui para o aumento da produtividade do trabalho e para um maior crescimento

ensino superior público e gratuito e a ampliação do setor privado em relação com o público.

(a) Reformar a Constituição e a legislação

É a partir da visão que tem o Banco Mundial da condição de insciente da sociedade brasileira que, no *Brazil. Higher education reform* (1993), apresenta sua proposta de reforma da gestão do ensino superior começando pela reforma da Constituição brasileira. De acordo com o Banco, os “impedimentos” constitucionais e políticos, bem como os altos custos das mudanças radicais na natureza e na missão das instituições de ensino superior, obstaculizavam as reformas indispensáveis para colocar o Brasil em situação de competir na economia global ao mesmo nível de outras nações e, assim, garantir o desenvolvimento econômico e social.

No texto de 1991, o Banco Mundial afirma a necessidade do Brasil rever as leis existentes e reestruturar as instituições a fim de garantir que o ensino superior se tornasse parte importante do custo-benefício do desenvolvimento econômico e social do país. Já o documento de 1993, além de propor emendas à Constituição, sugere medidas para recuperar os custos do ensino superior sem a necessidade da reforma constitucional. Mero circunlóquio para não defender abertamente o fim do ensino público gratuito.

Como a recuperação dos custos nas instituições federais por meio da cobrança de taxas e de anuidades dependeria de uma emenda constitucional, e mesmo depois disso, de gradual regulamentação, o Banco sugere outra ferramenta para aumentar a eficiência do sistema e que poderia ser implementada sem mudar a Constituição: segundo o Banco, como Ministério da Educação (MEC) não tinha critério para alocar recursos às instituições federais, o governo deveria financiar o sistema público com base em fórmulas provenientes de estimativas sobre o custo em bases unitárias, para promover atividades de ensino e pesquisa (World Bank, 1993, pp.ii, iii-iv). Assim, propõe reduzir em torno de um terço o custo unitário global das instituições federais alcançando esta meta através do crescimento das matrículas nas instituições federais e/ou demitindo funcionários (World Bank, 1991, p.i).

---

econômico; o ensino superior está em correlato e é importante para o desenvolvimento econômico e social; os sistemas de educação superior devem ser mais sensíveis às mudanças nas demandas do mercado de trabalho (World Bank, 1991, p.2; 1993, p.2).

Diante do que reconhece como impedimentos constitucionais e políticos e dos altos custos de mudanças radicais na natureza e missão das instituições, o Banco propõe ao governo três instrumentos de financiamento para aumentar a equidade e a eficácia do sistema educacional, para que “sob quaisquer circunstâncias o Brasil avance gradualmente no programa de reforma descrito acima” (World Bank, 1993, p.38): a recuperação de custos nas instituições públicas; o financiamento das instituições públicas em novas bases que garantissem a relação custo-benefício; a ampliação e reorientação dos programas de empréstimos bancários aos estudantes<sup>7</sup>.

O Banco Mundial advoga o fim da gratuidade no ensino superior público, elaborando uma longa argumentação, recheada de benevolências e digressões sobre a desigualdade inerente ao ensino superior público gratuito e defendendo o ensino primário e secundário.

Há também importantes razões econômicas para que a intervenção pública no ensino superior deva ser limitada. Em primeiro lugar, a educação superior totalmente gratuita é desigual. Aqueles que podem pagar pelo ensino superior vêm geralmente dos setores mais abastados da sociedade (...) Afora isso, investimentos excessivamente elevados na educação superior poderiam desviar fundos destinados aos ensinos primário e secundário, setores que podem gerar uma maior taxa de retorno econômico para os países em desenvolvimento. (World Bank, 1993, p.ii)

#### (b) Reformar o papel do governo

Reformar a gestão do ensino superior além de requerer modificar a Constituição, implicava na redefinição do papel do governo na educação superior<sup>8</sup>, ressaltando que não seria necessário retirar o apoio do governo a este nível de ensino, principalmente porque era preciso promover e financiar a expansão do setor privado (World Bank, 1994, p.8).

Para enfrentar o aumento explosivo da demanda por vagas na educação superior, resultado do aumento do número de egressos do ensino secundário e da percepção das

---

<sup>7</sup> No presente processo de mercantilização da educação relacionamos as seguintes modalidades de crédito ao estudante universitário: Financiamento BB estudantil; Empréstimo universitário Banco ITAU; Crédito Universitário Banco Bradesco; Crédito Estudantil no Banco Santander; Empréstimo Estudantil Pravalor, além do FIES (Fundo de Financiamento do Ensino Superior) e do Crédito Educativo: PROUNI. (<http://www.orm.com.br/projetos/oliberal/interna/?modulo=247&codigo=668378>).

<sup>8</sup> Tese presente também em *Higher Education. The lessons of Experience* (1994), documento público, de divulgação irrestrita.

“vantagens individuais” proporcionadas pelos diplomas universitários e do peso no orçamento federal da expansão universitária que limitaria a intervenção estatal (World Bank, 1993, p.35), o Banco Mundial propõe, além de mudar a relação entre Governo e ensino superior aplicando a este o rigor da gestão econômica, estimular o aumento da diversidade de instituições, incentivar as instituições privadas e, assim, tornar o sistema mais sensível às mudanças do mercado de trabalho.

Para o Governo levar adiante os seus objetivos é essencial tratar o ensino superior com o mesmo rigor com que trata a gestão macroeconômica – reduzindo controle e regulação, enquanto introduz a responsabilidade gerencial, aumentando o custo-eficácia dos gastos públicos e redefinir o papel do Governo, de modo a atender somente as necessidades sociais que não podem ser atendidas pelo setor privado (World Bank, 1991, p.2).

Sob a justificativa de que “O atual sistema de gerenciamento das universidades federais encoraja a ineficiência...” (World Bank, 1993, p.iv), propõe que o governo adote a seguinte política para o ensino superior: estímulo à expansão de instituições privadas; alívio de parte dos encargos das instituições públicas por meio de vendas de serviços, convênios com o setor produtivo e cobrança de taxas e anuidades aos estudantes; incentivo às instituições públicas para competir não só entre si, mas também com instituições privadas e empresas em geral nos mercados onde podem prestar “serviços”.

Argumenta contra o financiamento estatal do ensino superior por não estimular a adequada *accountability* pública, e afirma que em todo o mundo os custos das instituições públicas são mais elevados que os das privadas, além de que, em razão de procedimentos burocráticos e de regulamentos, as instituições públicas são menos ágeis do que as privadas em responder às exigências do mercado.

Defende como uma das principais vantagens das instituições privadas o fato de oferecerem programas com custos menores, cursos mais curtos, taxas de evasão menores e, conseqüentemente, menor despesa anual por aluno. Já no setor público, com anuidades baixas ou inexistentes, os estudantes tenderiam a permanecer por períodos longos nas instituições, resultando na “falta de pressão interna para aumento da eficiência” (World Bank, 1993, p.35).

Os documentos de 1991 e de 1993 propõem, ainda, que o governo amplie a reforma para além da legislação da educação superior: “Para aumentar a qualidade e a diversidade tanto nas instituições privadas quanto nas públicas, o Governo deveria

ampliar o recém-inaugurado programa de desregulamentação das profissões” (World Bank, 1991, p.iv; 1993, p.v).

(c) O fim da gratuidade do ensino superior público

É o fim da gratuidade do ensino superior público o cerne da política do Banco Mundial com o fim de abrir o espaço econômico do ensino superior ao capital: “Anuidades devem ser cobradas nas instituições federais como um meio de aumentar a eficiência (...) do sistema da educação superior” (World Bank, 1991, p.i). Apesar dessa formulação, o Banco, em seu documento de 1993, recomenda a recuperação de “grande parte” dos custos das instituições públicas:

Para aumentar a equidade do sistema educativo e para fornecer recursos para futura expansão e melhorias de qualidade, a recuperação de custos deve ser implementada nas instituições de ensino superior federais do Brasil, por meio do pagamento de matrícula e outras taxas (para laboratórios, pesquisa, etc.) A meta em longo prazo é recuperar uma grande parte desses custos de ensino da educação superior pública dos próprios alunos (World Bank, 1993, p.39).

Esta posição não aparece com tal clareza no *Higher education. The lessons of experience* (1994).

Já em relação à cobrança de anuidades pelas instituições privadas, o Banco defende que o controle dos valores pelo governo contrariava as aspirações das instituições privadas de ensino que é a de melhorar a qualidade (World Bank, 1993, p.v), afirmando que o governo brasileiro tratava o setor privado como marginal e o regulava de “forma casual”.

(d) Novo sistema de governança

Aqui o Banco sugere uma intervenção profunda na gestão pública do ensino público superior, uma nova governança<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Segundo o Banco Mundial a definição geral de governança é “o exercício da autoridade, controle, administração, poder de governo” (World Bank, 1992, p.3).

Propõe que as instituições públicas se liberassem da dependência de financiamento de fonte única, o Ministério da Educação. Alega que a concorrência por financiamento seria benéfica para assegurar que programas experimentais iniciassem novas ideias e, o que é interessante, para atender “necessidades imprevistas, que podem vir a ser um forte impulso para a melhoria da qualidade” (World Bank, 1991, p.32).

Além disso, a concorrência aberta à captação de recursos, públicos e, principalmente, privados, garantiriam o aumento da responsabilidade das instituições: “O objetivo é melhorar a qualidade e o custo-eficácia do ensino superior” (World Bank, 1993, p.ii).

O sistema de ensino superior no Brasil terá de responder aos desafios do futuro. A reforma do ensino superior deve estar baseada em princípios de uma maior diversidade, maior descentralização da tomada de decisões, responsabilização de todas as instituições que recebem fundos públicos, aumento da concorrência para obtenção de recursos e aumento da eficiência e da equidade (World Bank, 1993, p.ii)

O Banco é categórico ao propor que o governo incentive instituições públicas de educação superior a exercer atividades geradoras de renda, para isso propõe reduzir suas dotações orçamentais.

Defende o fim da isonomia e que cada instituição possa fixar suas próprias regras para sua gestão interna, isto é, empregar, pagar e utilizar seu “pessoal” de acordo com as “regras de mercado”: “Para garantir um gerenciamento público descentralizado, a ‘Lei da Isonomia’ deve ser revogada, uma vez que é incompatível com a autonomia institucional, especialmente em termos de responsabilidade institucional para a orçamentação e para a contratação e demissão de pessoal” (World Bank, 1993, p.45).

As mudanças no sistema de governança também deveriam incluir mudança na regra para eleição dos reitores das universidades públicas:

Para complementar as mudanças nos incentivos concebidos pelo novo sistema de governança, o atual método de eleição dos reitores deveria ser substituído por outro dando apropriada importância aos membros mais produtivos da comunidade acadêmica, representantes da sociedade como um todo, e governo (World Bank, 1993, p.v).

Um “método” de escolha de reitores que permitisse que pessoas de fora dos quadros da instituição, representantes da sociedade, empresários ou do governo, assumissem as funções de reitor nas instituições de ensino superior públicas.

(e) O referencial do mercado

O texto *Higher education. The lessons of experience* (1994) afirma que os sistemas de educação superior devem ser sensíveis às demandas do mercado de trabalho e que as instituições privadas ou públicas, universitárias ou não universitárias, respondem de forma flexível a essas demandas.

Publicado em uma conjuntura na qual a semântica das reformas neoliberais já se tornara preponderante globalmente, o referencial do mercado se evidencia de forma mais nítida e incisiva, diferentemente dos documentos anteriores cujos discursos estão contrabalançados por curtas referências ao alívio da pobreza, ao combate a desigualdade.

Para o Banco Mundial a pressão e a competição por financiamento são os melhores instrumentos para forçar os *decision-makers* dos governos e das instituições de ensino superior a buscar eficiência, melhorar a relação custo-benefício entre recursos aplicados e os resultados obtidos e tornar o sistema de educação superior do Brasil mais sensível às mudanças do mercado.

A diversificação do ensino superior, sua expansão por meio do desenvolvimento do setor privado, a venda de serviços, a cobrança de anuidades, a competição por financiamento está relacionada à lógica do mercado, à lei do “custo-benefício”, para, assim, garantir que o ensino superior forme mão de obra qualificada necessária ao mercado, mas ao menor custo possível.

## CONCLUSÃO

A noção de “transferência” (Dolowitz, 2000) possibilita perceber o contexto específico do receptor e o papel determinante dos atores, ver as condições que, na recepção, “indigenizam” a política transferida.

A conjuntura no Brasil e no mundo mudara no início dos anos 1990, a eleição de Fernando Henrique, significou a ascensão de setores sociais predominantes econômica e politicamente que convergiam em torno de propostas iguais ou semelhantes às defendidas pelo Banco Mundial, de problematizações e soluções em elaboração por

setores dominantes em “países desenvolvidos” para questões iguais ou semelhantes às enfrentadas por parte de setores sociais brasileiros e convergiam, ainda, em torno de uma visão de mundo, de um referencial, de uma concepção do ensino superior adequada àquela etapa do processo de globalização no qual o Brasil estava incluído.

Nesse período, operou-se um conjunto de reformas na educação superior a partir da reorganização das funções do Estado em torno de cinco eixos centrais: (a) o estabelecimento de relação de dependência entre o ensino superior, a pesquisa em ciência e tecnologia e o mercado; (b) a exigência de eficiência na gestão a ser cobrada pela introdução de processos de avaliação; (c) o incentivo à expansão do ensino superior privado; (d) a diversificação das instituições e dos cursos de ensino superior; (e) a diversificação das suas fontes de financiamento.

Reformas que se deram em meio a fortes constrangimentos decorrentes de outras visões do mundo, valores e interesses de grupos e setores sociais que se expressavam em formas culturais a longo tempo arraigadas e que se mostraram intransponíveis, e impediram que se eliminassem formas de pensar e fazer o ensino superior que defendiam que o Estado oferecesse educação “pública, gratuita e de qualidade”.

Portanto, a convergência não significou uma unanimidade. A ação dos que defendiam a proposta de reforma e a dos que se opuseram a ela se dá em meio a concorrência de acontecimentos ou circunstâncias num dado momento histórico que conformou a conjuntura brasileira e que moldou a forma pela qual se deu a transferência e recepção ativa da política do Banco Mundial, impossibilitando a aplicação de recomendações, como o fim do ensino gratuito que, na visão dos que defendiam a necessidade de reforma, pareciam centrais e que a realizam dizendo fazer uma revolução, desagradando alguns de seus defensores, indigenizando-a, cedendo a formas de conceber a educação, fortemente assentadas entre amplos setores sociais e buscando alcançá-las por outros caminhos como a intensificação da expansão do ensino superior privado.

## **BIBLIOGRAFIA**

Dolowitz, D. P. (2000). Policy transfer: a new framework of policy analysis. In D. P. Dolowitz, R. Hulme, M. Nellis, F. O’ Neil (Eds.). *Policy transfer and British social policy. Learning from the USA?* (pp. 9-37). Buckingham, Philadelphia: Open University Press.

- World Bank. (1991). *Higher education reform in Brazil* (Draft-confidential). Washington, D.C.: Population and Human Resources Division, Country Department I, Latin America and Caribbean Region.
- World Bank. (1992). *Governance and Development*. Consultado em 15 setembro, 2013, em [http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/1999/09/17/000178830\\_98101911081228/Rendered/PDF/multi\\_page.pdf](http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/1999/09/17/000178830_98101911081228/Rendered/PDF/multi_page.pdf)
- World Bank. (1993). *Brazil. Higher education reform*. Washington, D.C.: Population and Human Resources Operation Division, Country Department I, Latin America and Caribbean Regional Office. (Micrographics).
- World Bank. (2008). *Knowledge and Innovation for Competitiveness in Brazil*. Consultado em 20 setembro, 2013, em [http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2008/05/30/000333037\\_20080530042814/Rendered/PDF/439780PUB0Box310only109780821374382.pdf](http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2008/05/30/000333037_20080530042814/Rendered/PDF/439780PUB0Box310only109780821374382.pdf).
- World Bank. (2013). *End extreme poverty and promote shared prosperity*. Consultado em 30 setembro, 2013, em <http://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/document/WB-goals2013.pdf>.